

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	33
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	34
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	35
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	716.533.334
Preferenciais	1.433.066.666
Total	2.149.600.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	881.542	662.200
1.01	Ativo Circulante	251.416	105.078
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	214.814	68.969
1.01.03	Contas a Receber	31.415	32.612
1.01.03.01	Clientes	31.415	32.612
1.01.03.01.01	Contas a receber	2.033	3.615
1.01.03.01.02	Contas a receber de Partes Relacionadas	29.382	28.997
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.547	3.015
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.547	3.015
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.009	293
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	631	189
1.01.08.03	Outros	631	189
1.02	Ativo Não Circulante	630.126	557.122
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	34.954	3.447
1.02.01.06	Tributos Diferidos	2.431	1.689
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	32.523	1.758
1.02.01.09.03	Contas a receber com operações de derivativos	31.736	0
1.02.01.09.04	Outros créditos	346	470
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	441	1.288
1.02.03	Imobilizado	24.358	27.071
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	22.799	22.114
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.559	4.957
1.02.04	Intangível	570.814	526.604
1.02.04.01	Intangíveis	570.814	526.604
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	570.814	526.604

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	881.542	662.200
2.01	Passivo Circulante	138.143	228.928
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.709	7.692
2.01.01.01	Obrigações Sociais	751	988
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.958	6.704
2.01.02	Fornecedores	13.168	13.243
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.168	13.197
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	46
2.01.03	Obrigações Fiscais	39.152	67.117
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	39.152	67.117
2.01.03.01.04	Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais a recolher	39.152	67.117
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	7.726	123.186
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.319	58
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	44	58
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.275	0
2.01.04.02	Debêntures	3.407	123.128
2.01.05	Outras Obrigações	40.731	16.844
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.367	10.026
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	11.367	10.026
2.01.05.02	Outros	29.364	6.818
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	5.397	3.950
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	1.919	2.868
2.01.05.02.06	Contas a pagar com operações de derivativos	22.048	0
2.01.06	Provisões	29.657	846
2.01.06.02	Outras Provisões	29.657	846
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	29.657	846
2.02	Passivo Não Circulante	422.772	221.900
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	338.681	130.688
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	197.716	88
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	44	88
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	197.672	0
2.02.01.02	Debêntures	140.965	130.600
2.02.04	Provisões	84.091	91.212
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	748	222
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	471	139
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	277	83
2.02.04.02	Outras Provisões	83.343	90.990
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	83.343	90.990
2.03	Patrimônio Líquido	320.627	211.372
2.03.01	Capital Social Realizado	136.464	136.464
2.03.04	Reservas de Lucros	28.638	74.908
2.03.04.01	Reserva Legal	23.153	23.153
2.03.04.02	Reserva Estatutária	5.485	5.485
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	46.270
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	155.525	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	186.359	531.489	170.073	509.363
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-84.133	-243.381	-74.160	-215.784
3.02.01	Custo de Construção	-35.709	-83.777	-21.780	-61.022
3.02.02	Serviços	-8.617	-24.099	-8.828	-24.133
3.02.03	Custos e obrigações com o poder concedente	-3.494	-10.563	-3.370	-11.040
3.02.04	Depreciação e amortização	-15.895	-47.450	-13.861	-40.543
3.02.05	Custo com pessoal	-6.884	-18.519	-6.619	-20.747
3.02.06	Provisão de manutenção	-8.808	-45.837	-16.372	-48.494
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-2.818	-8.330	-1.973	-6.027
3.02.08	Outros	-1.908	-4.806	-1.357	-3.778
3.03	Resultado Bruto	102.226	288.108	95.913	293.579
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.085	-27.799	-10.011	-29.138
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.218	-27.921	-9.966	-29.039
3.04.02.01	Serviços	-3.621	-10.890	-3.894	-10.510
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-422	-1.242	-862	-1.892
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-2.591	-8.334	-3.072	-10.228
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-119	-406	-67	-405
3.04.02.05	Outros	-1.465	-7.049	-2.071	-6.004
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	180	335	4	124
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-47	-213	-49	-223
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	94.141	260.309	85.902	264.441
3.06	Resultado Financeiro	-7.907	-25.186	-3.783	-15.150
3.06.01	Receitas Financeiras	44.543	48.539	1.536	5.594
3.06.02	Despesas Financeiras	-52.450	-73.725	-5.319	-20.744
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	86.234	235.123	82.119	249.291
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-29.199	-79.598	-27.718	-84.532
3.08.01	Corrente	-22.745	-80.340	-32.500	-97.152
3.08.02	Diferido	-6.454	742	4.782	12.620

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	57.035	155.525	54.401	164.759
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	57.035	155.525	54.401	164.759
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,02653	0,07235	0,02531	0,07665
3.99.01.02	PN	0,02653	0,07235	0,02531	0,07665

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	57.035	155.525	54.401	164.759
4.03	Resultado Abrangente do Período	57.035	155.525	54.401	164.759

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	225.941	225.728
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	283.732	264.906
6.01.01.01	Lucro líquido do Período	155.525	164.759
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-742	-12.620
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	48.692	42.435
6.01.01.05	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	211	223
6.01.01.08	Variação Cambial sobre Empréstimos e Financiamentos	26.530	0
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária, Debêntures, Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil	27.871	15.230
6.01.01.11	Capitalização de Custo de Empréstimos	-4.145	-2.824
6.01.01.12	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	45.837	48.494
6.01.01.13	Ajuste a Valor Presente Provisão Manutenção	7.377	7.758
6.01.01.14	Constituição (Reversão) da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	1.027	1.448
6.01.01.15	Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	0	3
6.01.01.16	Resultado de Operações com Derivativos	-24.451	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-57.791	-39.178
6.01.02.01	Contas à Receber	1.582	629
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-385	-2.433
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-532	-1.214
6.01.02.06	Despesas Antecipadas e Outras	-187	1.791
6.01.02.08	Fornecedores	224	2.414
6.01.02.09	Fornecedores - Partes Relacionadas	1.508	968
6.01.02.10	Impostos, Contribuições a Recolher / Parcelados e Provisão para Imposto de Renda e Contr. Social	78.922	96.805
6.01.02.11	Pagamentos com Imposto de Renda e Contribuição Social	-106.887	-96.352
6.01.02.12	Realização da Provisão de Manutenção	-32.050	-40.564
6.01.02.14	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17	822
6.01.02.15	Outras Contas a pagar	498	-479
6.01.02.16	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-501	-1.565
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-86.721	-71.697
6.02.02	Aquisição de Ativo Imobilizado	-3.474	-4.073
6.02.03	Aquisição de Ativo Intangível	-83.916	-67.624
6.02.04	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	669	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	6.625	-178.847
6.03.04	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures. Arrend. Mercantil	190.000	0
6.03.05	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures. Arrend. Mercantil (Pagamentos Principal)	-120.044	-114.722
6.03.06	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures. Arrend. Mercantil (Pagamentos Juros)	-17.061	-12.570
6.03.09	Dividendos Pagos a Acionistas Controladores	-46.270	-51.555
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	145.845	-24.816
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	68.969	85.666
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	214.814	60.850

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	136.464	0	74.908	0	0	211.372
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	136.464	0	74.908	0	0	211.372
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-46.270	0	0	-46.270
5.04.06	Dividendos	0	0	-46.270	0	0	-46.270
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	155.525	0	155.525
5.07	Saldos Finais	136.464	0	28.638	155.525	0	320.627

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.970	0	74.405	0	0	204.375
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.970	0	74.405	0	0	204.375
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-51.555	0	0	-51.555
5.04.06	Dividendos	0	0	-51.555	0	0	-51.555
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	164.759	0	164.759
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	164.759	0	164.759
5.07	Saldos Finais	129.970	0	22.850	164.759	0	317.579

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	578.430	555.142
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	572.674	544.047
7.01.02	Outras Receitas	5.756	11.095
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-195.245	-171.324
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-47.077	-44.473
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.554	-17.335
7.02.04	Outros	-129.614	-109.516
7.02.04.01	Custos de Construção	-83.777	-61.022
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-45.837	-48.494
7.03	Valor Adicionado Bruto	383.185	383.818
7.04	Retenções	-48.692	-42.435
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-48.692	-42.435
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	334.493	341.383
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	48.539	5.594
7.06.02	Receitas Financeiras	48.539	5.594
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	383.032	346.977
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	383.032	346.977
7.08.01	Pessoal	23.125	27.131
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.552	19.667
7.08.01.02	Benefícios	4.431	6.341
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.020	1.022
7.08.01.04	Outros	122	101
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	125.935	131.155
7.08.02.01	Federais	101.357	106.530
7.08.02.02	Estaduais	114	106
7.08.02.03	Municipais	24.464	24.519
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	78.447	23.932
7.08.03.01	Juros	77.763	23.345
7.08.03.02	Aluguéis	684	587
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	155.525	164.759
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	155.525	164.759

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL.

Julho a Setembro /2015

As informações financeiras abaixo são apresentadas de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 3T14.

1. Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq1)

Em unidades	3ºT15	3ºT14	Var%
Veículos equivalentes (Veq1)	21.655.126	22.371.877	-3,2%
Veículos leves (Equivalentes)	4.434.740	4.321.627	2,6%
Veículos pesados (Equivalentes)	17.220.386	18.050.250	-4,6%

(Veq1) – Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Avaliação – Variação de Tráfego (real 2015/2014)

O tráfego de veículos equivalentes pedagiados apresentou um recuo de -3,2% no 3T15 sobre o mesmo período de 2014. Ao compararmos o tráfego de veículos equivalente passantes, ou seja, a totalidade de eixos dos veículos que circularam pelas praças de pedágio, o resultado seria positivo em 1,27% sobre o mesmo período de 2014, porém, devido à suspensão de cobrança de eixos suspensos, prevista na Lei nº 13.103 de 2 de março de 2015, que passou a vigorar em 17 de abril de 2015, o tráfego, em veículos equivalentes, foi inferior e interferiu diretamente no resultado. A partir de 8 de setembro de 2015, a Concessionária retomou a cobrança dos eixos suspensos nas categorias comerciais atendendo a resolução nº 004/2015 da AGEPAR, que revogou a decisão da suspensão de cobrança. A categoria de leves ficou com resultado positivo, reflexo do seu crescimento vegetativo e do feriado prolongado em setembro, que não aconteceu no mesmo período de 2014.

2. Reajustes de tarifas de pedágio

Conforme o Contrato de Concessão 075/97 assinado entre o Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Estradas e Rodagem – DER e a Companhia (cláusula XIX – Do reajuste da tarifa básica), a tarifa de pedágio foi reajustada no dia 1 de dezembro de 2014, com base na variação acumulada dos índices de reajuste da fórmula paramétrica dispostos na Cláusula acima.

3. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita bruta operacional (R\$ mil)	3ºT15	3ºT14	Var%
Receita de pedágio	162.073	159.713	1,5%
Receita acessórias	2.973	2.761	7,7%
Receita bruta operacional total	165.046	162.474	1,6%

Comentário do Desempenho

Receita de construção

Receita bruta de construção (R\$ mil)	3ºT15	3ºT14	Var%
Total	35.709	21.780	64,0%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (RI), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

O 3T15 apresentou um aumento da receita de construção devido às novas frentes de obras de duplicação da BR376, região de Ponta Grossa e Apucarana.

4. Receita líquida operacional

Receita operacional líquida (R\$ mil)	3ºT15	3ºT14	Var%
Receita de pedágio	162.073	159.713	1,5%
Receita acessórias	2.973	2.761	7,7%
Tributos (PIS, Cofins, ISS)	(14.259)	(14.030)	1,6%
Devoluções e abatimentos	(137)	(151)	-9,3%
Receita operacional líquida total	150.650	148.293	1,6%

A Receita líquida operacional do 3T15 ficou 1,6% superior em relação ao mesmo período do ano anterior, impactada, principalmente, pela receita de pedágio, reflexo da volta da cobrança de eixos suspensos em veículos comerciais, a partir de 8 de setembro de 2015.

As deduções sobre a receita operacional bruta são compostas pelo recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual é de 8,65% sobre a receita de pedágio. Os tributos aumentaram em 1,6% no 3T15, em relação ao 3T14, totalizando o valor de R\$ 14.259.

5. Custos e despesas totais

Custos e despesas (R\$ mil)	3ºT15	3ºT14	Var%
Custos	84.133	74.160	13,4%
Despesas	8.218	9.966	-17,5%
Custos e despesas totais	92.351	84.126	9,8%

Os custos e despesas no 3T15 foram 9,8% superiores em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação ocorrida deve-se principalmente as obras de manutenção e conservação, em valores superiores, verificadas no período atual.

Comentário do Desempenho

6. Resultado financeiro líquido

	3ºT15	3ºT14	Var%
Receitas financeiras	44.543	1.536	2799,9%
Despesas financeiras	(52.450)	(5.319)	886,1%
Resultado financeiro líquido	(7.907)	(3.783)	-109,0%

O resultado financeiro líquido no 3T15 foi de 109% superior em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação do resultado financeiro reflete a captação feita em Setembro de 2015 através de empréstimo estrangeiro, acarretando o incremento da operação de *hedge*, além do aumento de juros e variação monetária.

7. Investimentos

A Concessionária segue cumprindo rigorosamente cronograma de Investimentos do Programa de Concessão, com destaque para as obras de duplicação da BR376, região de Ponta Grossa a Apucarana e PR151, região de Jaguariaíva.

8. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário

Total de acidentes (unidades)	3ºT15	3ºT14	Var%
Índice de acidentes (Ia) *	1,236	1,453	-14,93%
Índice de feridos (If) ** 6	84,135	60,947	38,05%

*Ia=(Número de Acidentes x 10⁸)/(Extensão x VDM x Período)

**If=(Número de Vítimas Feridas x 10⁶)/(Extensão x VDM x Período)

Nota

As informações financeiras trimestrais (ITR) da RodoNorte Concessionária Rodovias Integradas S.A. aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) para o trimestre findo em 30 de setembro 2015

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

a. Constituição e objeto

A Companhia foi constituída em 03 de novembro de 1997 e tem por objetivo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração do lote n.º 05 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, com um total de 567,8 quilômetros, mediante cobrança de pedágio, inclusive prestando serviços de socorro médico, serviços de guincho e reboque de veículos, serviços de informação ao usuário e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, durante o prazo de 24 anos, ou seja, até 27 de novembro de 2021.

O lote n.º 05 é constituído pelas rodovias: (i) BR-376, entre Apucarana e São Luís do Purunã, passando por Ponta Grossa; (ii) BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; (iii) PR-151, entre Jaguariaíva e Ponta Grossa; e (iv) pelos trechos rodoviários de acessos àquelas rodovias.

O contrato de concessão do lote, não oneroso, prevê a obrigação de realização de investimentos.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 24 de junho de 1998, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de dezembro.

b. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, ocorreram as seguintes alterações nos processos:

i. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003, foi publicada a Lei nº 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Companhia, nos termos da legislação e contrato de concessão.

A Companhia propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da comissão de encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses.

O processo encontra-se em fase de instrução.

ii. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da RodoNorte. Em razão disso, os acionistas e a Companhia ajuizaram ação em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, uma medida liminar suspendeu a eficácia do referido decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (no STJ em 5 de maio de 2004; no pleno do STJ em 6 de maio de 2004 e na corte especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o decreto nº 2.462/04.

Notas Explicativas

O processo encontrava-se suspenso por requerimento das partes, diante da possibilidade de acordo. Em 23 de setembro de 2013, o processo voltou a ter andamento normal e atualmente está concluso, aguardando prolação da sentença.

iii. Reajustes tarifários de 2003 a 2010

Entre os anos de 2003 e 2010, a Companhia encontrou dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro de cada ano; tendo sido necessário o ajuizamento de medidas judiciais para garantir esse direito. Os reajustes de 2011 a 2014 foram autorizados sem a necessidade de ação judicial.

Todos os reajustes tarifários no referido período foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003 a 2009 tiveram sentenças favoráveis à Companhia. A ação relativa ao reajuste de 2010 aguardava sentença.

Em 26 de maio de 2015, foi homologado acordo celebrado pelas partes para encerrar os processos referentes aos reajustes de 2003 a 2010. Aguarda-se o trânsito em julgado da sentença que homologou o acordo.

O contrato de concessão prevê o seu reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a Companhia pelo período em que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

iv. Procedimentos administrativos e Ações Judiciais sobre pavimento

O DER/PR expediu autos de infração contra a RodoNorte, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A Companhia apresentou defesa, alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos. O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R\$ 16.000. A RodoNorte ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. O processo encontra-se na fase de instrução.

Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu processo administrativo (Portaria nº 732/2004-DER-PR) para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão.

A RodoNorte ingressou com duas ações judiciais, sendo uma para declarar a nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR a qual indevidamente instaurou processo administrativo para o fim de decretar a caducidade do contrato de concessão, e a outra para declarar a inexistência das infrações invocadas pela Portaria, alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar na primeira ação para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas. Ambos os processos permaneceram suspensos por dois anos, período em que as partes mantiveram tratativas para um acordo nas referidas ações. Em razão do tempo decorrido, a ação que trata da nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR foi julgada extinta, tendo sido interposto recurso de apelação em 10 de julho de 2013, que aguarda julgamento. Com relação à segunda ação, que trata da inexistência das infrações invocadas na Portaria, o processo encontra-se em fase de instrução.

v. Lei 13.103/2015

Em 16 de abril de 2015, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado, informando que a partir da 00h do dia 17 de abril de 2015, acatando ao previsto na Lei nº 13.103/2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 03 de março de 2015, regulamentada pela Resolução nº 002, de 15 de abril de 2015, da Agência Reguladora do Paraná – Agepar, deixou de cobrar as tarifas de pedágio relativas aos eixos suspensos dos caminhões que trafegam pelas rodovias sob sua administração. Informou ainda que a perda de receita decorrente da referida medida legal é passível de reequilíbrio contratual, nos termos das normas que regem a concessão.

Notas Explicativas

Em 04 de setembro de 2015, a Companhia divulgou novo Comunicado ao Mercado informando que, acatando ao previsto na Resolução nº 004, de 1º de setembro de 2015 da Agência Reguladora do Paraná – AGEPAR, que revogou a Resolução nº 002, de 15 de abril de 2015, retornou a cobrar as tarifas de pedágio relativas aos eixos suspensos dos caminhões que trafegam pelas rodovias sob sua administração. Informou ainda que a perda de receita no período de vigência da Resolução nº 002/15, revogada pela Resolução nº 004/15, deverá ser reequilibrada, nos termos do contrato e das normas que regem a concessão.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014.

Em 26 de outubro de 2015 foi aprovada pela Administração da Companhia a conclusão destas ITR.

3. Principais práticas contábeis

Neste período não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

4. Determinação dos valores justos

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixas e bancos	1.457	2.230
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>213.357</u>	<u>66.739</u>
	<u>214.814</u>	<u>68.969</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,86% do CDI, equivalente a 13,07% ao ano (10,73% ao ano em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

7. Contas a receber

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	55	2.261
Pedágio eletrônico – outros (b)	<u>1.983</u>	<u>1.359</u>
	<u>2.038</u>	<u>3.620</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(5)</u>	<u>(5)</u>
	<u>2.033</u>	<u>3.615</u>
Não Circulante		
Receitas acessórias	<u>2.118</u>	<u>2.118</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(2.118)</u>	<u>(2.118)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Créditos a vencer	1.990	3.334
Créditos vencidos até 60 dias	43	278
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	3
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	5
Créditos vencidos há mais de 90 dias	<u>2.123</u>	<u>2.118</u>
Total de contas a receber	<u>4.156</u>	<u>5.738</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	86.234	235.123	82.119	249.291
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(29.320)	(79.942)	(27.921)	(84.759)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas com brindes e associações de classe	(6)	(32)	(16)	(42)
Despesas indedutíveis	(36)	(590)	(124)	(420)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(36)	(199)	(38)	(293)
Incentivo fiscal de dedução do imposto de renda	199	1.165	381	982
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(29.199)	(79.598)	(27.718)	(84.532)
Impostos correntes	(22.745)	(80.340)	(32.500)	(97.152)
Impostos diferidos	(6.454)	742	4.782	12.620
	(29.199)	(79.598)	(27.718)	(84.532)
Alíquota efetiva de impostos	34%	34%	34%	34%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	30/09/2015	31/12/2014
Bases ativas		
Valor justo de operações com derivativos	5.398	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	99.008	99.156
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	722	722
Provisão para participação nos resultados (PLR)	572	901
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	253	75
Depreciação e juros sobre arrendamento mercantil financeiro	608	587
Outros	468	359
	107.029	101.800
Bases passivas		
Valor justo de operações de derivativos	(5.019)	-
Ganhos de operações com derivativos	(8.692)	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(90.161)	(99.385)
Outros	(726)	(726)
	(104.598)	(100.111)
Ativo diferido líquido	2.431	1.689

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. 69 da lei 12.973/14 (fim do RTT).

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

	Transações			
	01/07/2015 a 30/09/2015		01/01/2015 a 30/09/2015	
	Serviços prestados	Intangível	Serviços prestados	Intangível
Controladora				
CCR (a)	1.310	-	3.930	-
Outras partes relacionadas				
CPC (b)	2.004	-	5.963	-
J.Malucelli (e)	-	17.876	-	56.686
Total, 30 de setembro de 2015	<u>3.314</u>	<u>17.876</u>	<u>9.893</u>	<u>56.686</u>
Total, 01 de julho de 2014 a 30 de setembro de 2014	<u>2.841</u>	<u>22.492</u>		
Total, 01 de janeiro de 2014 a 30 de setembro de 2014			<u>8.525</u>	<u>58.351</u>

	Saldos	
	Ativo	Passivo
	Conta a receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora		
CCR (a)	-	410
Outras partes relacionadas		
AutoBAn	1	-
CPC (b)	4	1.675
STP / CGMP / SGMP (c)	28.565	-
MSVia	2	-
SPVias	1	-
Andrade Gutierrez Concessões (d)	-	1.291
Camargo Corrêa S.A. (d)	-	1.142
Cesbe (d)	-	97
J.Malucelli (d) (e)	-	6.752
Oi Móvel S.A (f)	809	-
Total, 30 de setembro de 2015	<u>29.382</u>	<u>11.367</u>
Total, 31 de dezembro de 2014	<u>28.997</u>	<u>10.026</u>

Saldos a pagar aos profissionais chaves da administração

	30/09/2015	31/12/2014
		(Reapresentado) (*)
Remuneração dos administradores (g)	544	764

Notas Explicativas

Despesas com profissionais chaves da administração

	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014 (Reapresentado) (*)	01/01/2014 a 30/09/2014 (Reapresentado) (*)
Remuneração (g):				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	354	1.027	381	1.177
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado	142	792	152	1.350
Previdência privada	24	65	20	67
Seguro de vida	1	3	1	3
	<u>521</u>	<u>1.887</u>	<u>554</u>	<u>2.597</u>

* Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social para melhor apresentação.

Na AGO. realizada em 16 de abril de 2015, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.400, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros:

- Contrato de prestação de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil;
- Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil;
- Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados para a concessionária no período subsequente;
- Retenções de parte das verbas de mobilização das empresas que foram responsáveis pela execução das obras de recuperação inicial, em função da postergação dos investimentos no cronograma contratual;
- Prestação de serviços por empreitada a preço global com vigência de 03 de setembro de 2014 a 26 de janeiro de 2016, cujo pagamento ocorre mensalmente até o 10º dia do mês seguinte ao da medição dos serviços;
- Contrato de permissão de uso da faixa de domínio da RodoNorte – Concessionária Integradas S.A., com prazo de 12 meses contados a partir da assinatura do contrato sendo prorrogado automaticamente pelo mesmo período, o vencimento para todo dia 10 do mês seguinte ao da emissão das faturas;
- Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária;

10. Ativo imobilizado

		30/09/2015			31/12/2014		
	Taxa média anual de depreciação %	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	11	3.017	(1.653)	1.364	2.847	(1.467)	1.380
Máquinas e equipamentos	15	8.018	(4.952)	3.066	7.528	(4.791)	2.737
Veículos	20	13.213	(8.175)	5.038	13.492	(7.267)	6.225
Instalações e edificações	6	1.064	(944)	120	1.026	(933)	93
Equipamentos operacionais	13	32.403	(19.192)	13.211	28.091	(16.412)	11.679
Imobilizações em andamento	-	1.559	-	1.559	4.957	-	4.957
		<u>59.274</u>	<u>(34.916)</u>	<u>24.358</u>	<u>57.941</u>	<u>(30.870)</u>	<u>27.071</u>

Notas Explicativas

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Movimentação do custo

	31/12/2014			30/09/2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Móveis e utensílios	2.847	-	(30)	209	(9)	3.017
Máquinas e equipamentos	7.528	-	(139)	1.102	(473)	8.018
Veículos	13.492	-	(980)	888	(187)	13.213
Instalações e edificações	1.026	-	-	38	-	1.064
Equipamentos operacionais	28.091	-	(148)	4.460	-	32.403
Imobilizações em andamento	4.957	3.608	-	(7.006)	-	1.559
	<u>57.941</u>	<u>3.608</u>	<u>(1.297)</u>	<u>(309)</u>	<u>(669)</u>	<u>59.274</u>

	31/12/2013			30/09/2014		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final	
Movimento em 2014	<u>52.252</u>	<u>4.142</u>	<u>(776)</u>	<u>(210)</u>	<u>55.408</u>	

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 134 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 (R\$ 69 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2015 foi de 0,41% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,59% a.m. no período de nove meses de 2014.

Movimentação da depreciação

	31/12/2014			30/09/2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final	
Móveis e utensílios	(1.467)	(215)	29	-	(1.653)	
Máquinas e equipamentos	(4.791)	(557)	132	264	(4.952)	
Veículos	(7.267)	(1.713)	805	-	(8.175)	
Instalações e edificações	(933)	(11)	-	-	(944)	
Equipamentos operacionais	(16.412)	(2.640)	124	(264)	(19.192)	
	<u>(30.870)</u>	<u>(5.136)</u>	<u>1.090</u>	<u>-</u>	<u>(34.916)</u>	

	31/12/2013			30/09/2014		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final	
Movimento em 2014	<u>(25.537)</u>	<u>(5.049)</u>	<u>553</u>	<u>(30)</u>	<u>(30.063)</u>	

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;
- (b) Obrigação com o Poder concedente (DER), verba da polícia Rodoviária.

Notas Explicativas

11. Ativo intangível

	Taxa média anual de amortização %	30/09/2015			31/12/2014		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	967.822	(398.684)	569.138	880.366	(355.766)	524.600
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	7.184	(5.536)	1.648	6.876	(4.939)	1.937
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	1.086	(1.058)	28	1.086	(1.019)	67
		<u>976.092</u>	<u>(405.278)</u>	<u>570.814</u>	<u>888.328</u>	<u>(361.724)</u>	<u>526.604</u>

(*) Amortização pela curva do benefício econômico.

Movimentação do custo

	31/12/2014		30/09/2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	880.366	87.461	(6)	1	967.822
Direitos de uso de sistemas informatizados	6.876	-	-	308	7.184
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.086	-	-	-	1.086
	<u>888.328</u>	<u>87.461</u>	<u>(6)</u>	<u>309</u>	<u>976.092</u>
	31/12/2013		30/09/2014		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final	
Movimento em 2014	<u>790.741</u>	<u>72.521</u>	<u>210</u>	<u>863.472</u>	

Movimentação da amortização

	31/12/2014		30/09/2015	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(355.766)	(42.920)	2	(398.684)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(4.939)	(597)	-	(5.536)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.019)	(39)	-	(1.058)
	<u>(361.724)</u>	<u>(43.556)</u>	<u>2</u>	<u>(405.278)</u>
	31/12/2013		30/09/2014	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2014	<u>(310.118)</u>	<u>(37.386)</u>	<u>30</u>	<u>(347.474)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 4.011 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 (R\$ 2.755 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014). A taxa média de capitalização no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 foi de 0,41% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,59% a.m. no período de nove meses de 2014.

Notas Explicativas**12. Fornecedores**

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	8.303	8.253
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	-	46
Cauções e retenções contratuais (b)	4.865	4.944
	<u>13.168</u>	<u>13.243</u>

- a) Os saldos referem-se principalmente aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.
- b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Empréstimos e financiamentos

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Em moeda nacional</u>				
Alfa S.A. (Finame)	5,5% a 7,7% a.a.	Junho de 2017	102	146 (a)
Subtotal em moeda nacional			<u>102</u>	<u>146</u>
<u>Em moeda estrangeira</u>				
Merril Lynch (c)	LIBOR + 1,50% a.a.	Março de 2018	201.933	- (b)
Subtotal em moeda estrangeira			<u>201.933</u>	<u>-</u>
Total geral			<u>202.035</u>	<u>146</u>
			<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante				
Total empréstimos e financiamentos			<u>4.319</u>	<u>58</u>
Não circulante				
Total financiamentos			<u>197.716</u>	<u>88</u>

Garantias:

- (a) Bens financiados.
- (b) Não existem garantias.
- (c) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de swap, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 21 para maiores detalhes).

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/09/2015</u>
2016	15
2017	29
2018	197.672
	<u>197.716</u>

Notas Explicativas

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Neste trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015, ocorreu a seguinte operação abaixo descrita:

Em 14 de agosto de 2015, foi firmado contrato de financiamento com o Bank of America Merrill Lynch em moeda estrangeira (dólar norte-americano) com liberação no dia 15 de setembro de 2015, através da Lei nº 4131, no montante de USD 53.999 mil, equivalente a R\$ 190.000, com vencimento em 15 de março de 2018, remunerado à Libor de 3 meses + 1,50% a.a.. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando a remuneração da dívida por 105,50% do CDI.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 30/09/2015	Vencimento final	30/09/2015	31/12/2014
1. 3a Emissão - Série única	106,40% do CDI	0,1353% (a)	243	-	Novembro de 2015	-	121.809 (c)
4a Emissão - Série única	IPCA +5,6910%a.	0,1941% (b)	1.254	1.025	Outubro de 2019	144.372	131.919 (d)
Total geral				<u>1.025</u>		<u>144.372</u>	<u>253.728</u>
						30/09/2015	31/12/2014
Circulante							
Debêntures						3.657	123.490
Custos de transação						(250)	(362)
						<u>3.407</u>	<u>123.128</u>
Não Circulante							
Debêntures						141.740	131.562
Custos de transação						(775)	(962)
						<u>140.965</u>	<u>130.600</u>

- a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- b) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Garantias:

- c) Não existem garantias.
- d) Fidejussória do acionista controlador.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/09/2015
2019	<u>141.740</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

Notas Explicativas

Não existem cláusulas de repactuação. Neste trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, ocorreu a seguinte operação abaixo descrita:

1. Em 16 de setembro de 2015, ocorreu o pré-pagamento da totalidade da 3ª emissão das debêntures.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

15. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
IRPJ e CSLL	33.374	61.503
ISS	2.986	3.104
COFINS	1.765	1.718
IRRF	78	60
PIS, COFINS e CSLL retidos	388	121
PIS	379	372
Outros (IPTU, CIDE e IOF)	2	-
INSS Retido	180	239
	<u>39.152</u>	<u>67.117</u>

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>31/12/2014</u>		<u>30/09/2015</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	
Não circulante						
Cíveis e administrativos	83	283	(36)	(106)	53	277
Trabalhistas e previdenciários	139	148	-	-	184	471
	<u>222</u>	<u>431</u>	<u>(36)</u>	<u>(106)</u>	<u>237</u>	<u>748</u>
	<u>31/12/2013</u>		<u>30/09/2014</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo final</u>
Movimento em 2014	<u>699</u>	<u>379</u>	<u>(277)</u>	<u>(404)</u>	<u>185</u>	<u>582</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 382 e R\$ 13, respectivamente (R\$ 568 e R\$ 593, respectivamente, em 30 de setembro de 2014).

Notas Explicativas

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Cíveis e administrativos	75.666	89.123
Trabalhistas e previdenciários	141	389
	<u>75.807</u>	<u>89.512</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de setembro de 2015, é de R\$ 514.

17. Provisão de manutenção

	<u>31/12/2014</u>		<u>30/09/2015</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	846	38.607	832	(32.050)	21.422	29.657
Não circulante	90.990	7.230	6.545	-	(21.422)	83.343
	<u>91.836</u>	<u>45.837</u>	<u>7.377</u>	<u>(32.050)</u>	<u>-</u>	<u>113.000</u>

	<u>31/12/2013</u>		<u>30/09/2014</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	22.681	29.940	1.949	(40.564)	546	14.552
Não circulante	58.597	18.554	5.809	-	(546)	82.414
	<u>81.278</u>	<u>48.494</u>	<u>7.758</u>	<u>(40.564)</u>	<u>-</u>	<u>96.966</u>

No 1º semestre de 2015, foram realizadas manutenções solicitadas pelo Poder Concedente.

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2014 são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14% e 12,29% respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

18. Patrimônio líquido

a. Dividendos

Em 30 de março de 2015, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 46.270 correspondentes a R\$ 0,02153 por ação à conta de reservas de retenção de lucros, pagos em 31 de março de 2015.

Notas Explicativas

b. Lucro por ação básico e diluído

	<u>01/07/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/07/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>
Numerador				
Lucro líquido disponível	57.035	155.525	54.401	164.759
Denominador				
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	716.533.334	716.533.334	716.533.334	716.533.334
Média ponderada de ações preferenciais- básico e diluído	1.433.066.666	1.433.066.666	1.433.066.666	1.433.066.666
Média ponderada total de ações - básico e diluído	<u>2.149.600.000</u>	<u>2.149.600.000</u>	<u>2.149.600.000</u>	<u>2.149.600.000</u>
Lucro por ação ordinária e preferencial - básico e diluído em R\$	0,02653	0,07235	0,02531	0,07665

19. Receitas

	<u>01/07/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/07/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>
Receitas de pedágio	162.073	481.535	159.713	483.025
Receitas de construção (ICPC 01)	35.709	83.777	21.780	61.022
Receitas acessórias	<u>2.973</u>	<u>8.973</u>	<u>2.761</u>	<u>8.271</u>
Receita bruta	<u>200.755</u>	<u>574.285</u>	<u>184.254</u>	<u>552.318</u>
Impostos sobre receitas	(14.259)	(42.363)	(14.030)	(42.429)
Devoluções e abatimentos	<u>(137)</u>	<u>(433)</u>	<u>(151)</u>	<u>(526)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(14.396)</u>	<u>(42.796)</u>	<u>(14.181)</u>	<u>(42.955)</u>
Receita líquida	<u><u>186.359</u></u>	<u><u>531.489</u></u>	<u><u>170.073</u></u>	<u><u>509.363</u></u>

20. Resultado financeiro

	<u>01/07/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/07/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(6.124)	(17.694)	(3.580)	(15.230)
Varição monetária sobre debêntures	(1.930)	(10.177)	-	-
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	(26.530)	(26.530)	-	-
Perda com operações de derivativos	(15.877)	(15.877)	-	-
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(3.010)	(7.377)	(2.627)	(7.758)
Capitalização de custos dos empréstimos	1.106	4.145	987	2.824
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	<u>(85)</u>	<u>(215)</u>	<u>(99)</u>	<u>(580)</u>
	<u>(52.450)</u>	<u>(73.725)</u>	<u>(5.319)</u>	<u>(20.744)</u>
Receitas financeiras				
Ganho com operações de derivativos	25.565	25.565	-	-
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	14.763	14.763	-	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	4.118	7.553	1.409	5.420
Juros e outras receitas financeiras	<u>97</u>	<u>658</u>	<u>127</u>	<u>174</u>
	<u>44.543</u>	<u>48.539</u>	<u>1.536</u>	<u>5.594</u>
Resultado financeiro	<u><u>(7.907)</u></u>	<u><u>(25.186)</u></u>	<u><u>(3.783)</u></u>	<u><u>(15.150)</u></u>

Notas Explicativas

21. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas ITR, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	30/09/2015			31/12/2014		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	213.357	-	-	66.739	-	-
Contas a receber	-	2.033	-	-	3.615	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	29.382	-	-	28.997	-
Contas a receber com operações de derivativos	31.736	-	-	-	-	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(102)	-	-	(146)
Empréstimos em moeda estrangeira	(201.933)	-	-	-	-	-
Debêntures (a)	-	-	(144.372)	-	-	(253.728)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(20.484)	-	-	(20.061)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(11.367)	-	-	(10.026)
Contas a pagar com operações de derivativos	(22.048)	-	-	-	-	-
	<u>21.112</u>	<u>31.415</u>	<u>(176.325)</u>	<u>66.739</u>	<u>32.612</u>	<u>(283.961)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/09/2015		31/12/2014	
	Valor contábil (a)	Valor Justo (b)	Valor contábil (a)	Valor Justo (b)
Debêntures	145.397	137.469	255.052	253.826

(a) Valores brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&F Bovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

Notas Explicativas

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Aplicações financeiras	213.357	66.739
Derivativos	9.688	-
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(201.933)	-

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* visando mitigar totalmente o risco cambial dos fluxos de caixa de seus empréstimos em moeda estrangeira.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo, quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados:

Notas Explicativas

Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nocional) (1)				Valor Justo				Efeito Acumulado				Resultado Efeito acumulado ganho/(Perda) 30/09/2015
			Moeda Estrangeira 30/09/2015	31/12/2014	Moeda Local 30/09/2015	31/12/2014	Moeda Local 30/09/2015	31/12/2014	Moeda Local 30/09/2015	31/12/2014	Valores a receber/(recebidos) 30/09/2015	31/12/2014	Valores a pagar/(pagos) 30/09/2015	31/12/2014	
Posição ativa	15/09/2015	15/03/2018 (2) USD + Libor 3M + 1,50% a.a.	53.999	-	214.533	-	204.058	-	31.736	-	(22.048)	-	-	9.688	
Posição passiva		105,50% do CDI	-	-	-	-	(194.370)	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/09/2015					214.533	-	9.688	-	31.736	-	(22.048)	-	-	9.688	
TOTAL DAS OPERAÇÕES					214.533	-	9.688	-	31.736	-	(22.048)	-	-	9.688	

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

(2) O contrato possui vencimentos trimestrais intermediários nos meses de dezembro, março, junho e setembro de cada ano, até o vencimento final.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽¹⁾	Risco	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
4131 em USD	Março de 2018	216.695	Aumento da cotação do USD	-	(54.174)	(108.348)
Swap USD x CDI (Ponta ativa)	Março de 2018	(216.725)	Diminuição da cotação do USD	-	54.181	108.362
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	7	14
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				-	7	14
Moedas em 30/09/2015:						
		Dólar		3,9729	4,96612	5,9594
		Euro		4,4349	5,54362	6,6524

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2016 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	145.397	(22.003)	(25.487)	(28.971)
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses ⁽⁴⁾	Março de 2018	216.695	4.008	4.184	4.359
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Março de 2018	191.160	28.602	35.784	42.978
Swap USD x CDI (Ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses ⁽⁴⁾	Março de 2018	(216.725)	(4.132)	(4.339)	(4.546)
Efeito líquido				6.475	10.142	13.820
A taxa de juros considerada foi ⁽¹⁾ :						
	CDI ⁽²⁾			14,13%	17,66%	21,20%
	IPC-A ⁽³⁾			9,14%	11,43%	13,72%
	LIBOR 3 meses ⁽⁴⁾			0,3250%	0,4063%	0,4875%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo;

Notas Explicativas

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 30/09/2015, divulgada pela CETIP;
- (3) Refere-se a variação anual acumulada no últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (4) Refere-se as taxas Libor de 3 meses, divulgados pela ICE (*Interbank Offered Rate*), em 30/09/2015.
- (5) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/09/2015, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

22. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 30 de setembro de 2015 esses compromissos totalizavam R\$ 1.081.436 (R\$ 1.202.049 em 31 de dezembro de 2014) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes.

23. Demonstração do fluxo de caixa

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam representadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Fornecedores partes relacionadas	(167)	(1.854)
Fornecedores	<u>(299)</u>	<u>(288)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(466)	(2.142)
Aquisição de ativo intangível	<u>466</u>	<u>2.142</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	466	2.142

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

RodoNorte - Concessionária da Rodovia Integradas S.A.

Ponta Grossa - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da RodoNorte - Concessionária da Rodovia Integradas S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 1.b, a Companhia é parte em diversas ações judiciais movidas pelo Governo do Estado do Paraná referentes ao processo de encampação, desapropriação e reajuste de tarifas de pedágio. As informações financeiras intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes que seriam necessários em caso de resolução desfavorável. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de outubro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

João Rafael Belo de Araújo Filho

Contador

CRC nº1 SP 246752/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2015.

Ponta Grossa/PR, 26 de outubro de 2015.

SR. JOSÉ ALBERTO MORAES REGO DE SOUZA MOITA

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

SR. CLÁUDIO JOSÉ MACHADO SOARES

Diretor operacional

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2015.

Ponta Grossa/PR, 26 de outubro de 2015.

SR. JOSÉ ALBERTO MORAES REGO DE SOUZA MOITA

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

SR. CLÁUDIO JOSÉ MACHADO SOARES

Diretor operacional